

TÍTULO DA COMUNICAÇÃO:

“Da partida dobrada à crise do sub prime: os ciclos da ciência contabilística “

Autores:

Amélia Maria Martins Pires

Doutora em Gestão e Administração de Empresas – especialização em Contabilidade

Mestre em Contabilidade e Finanças Empresariais

Docente na Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Bragança do IPB

amelia@ipb.pt

Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues

Mestre em Contabilidade e Finanças Empresariais

Revisor Oficial de Contas

Docente na Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Bragança do IPB

peixinho@ipb.pt

Área temática: A – Información Financiera y Normalización Contable

Palavras-chave: informação financeira; relevância; justo valor; mercados financeiros; instrumentos financeiros derivados.

“Da partida dobrada à crise do sub prime: os ciclos da ciência contabilística “

Resumo

É nosso objectivo evidenciar a forte correlação entre o desenvolvimento da actividade económica e o desenvolvimento da ciência contabilística. Até ao final da Revolução Industrial, a evolução da economia foi sempre fundada na exploração e transformação de elementos tangíveis. A era pós industrial viria a introduzir elementos intangíveis e, progressivamente, a transformá-los em factores estruturais da cadeia de valor. A par disso, a evolução dos mercados financeiros, sobretudo no que se relaciona com os produtos derivados e os instrumentos de titularização, vieram introduzir novos e mais complexos factos que culminariam com a actual crise financeira e económica que viria a transformar-se num laboratório de ensaio para a avaliação das insuficiências do modelo contabilístico. É, nessa sequência, que assumimos uma intervenção crítica acerca dos factores que consideramos mais relevantes para a discussão do modelo valorimétrico em função do paradigma dominante.

Resumen

Nuestro objetivo es poner de relieve la fuerte correlación entre el desarrollo de la actividad económica y el desarrollo de la ciencia contable. Asta el final de la Revolución Industrial, la evolución de la economía se basa siempre en la explotación y el procesamiento de elementos tangibles. La era postindustrial introduciría elementos intangibles y viria a transformalos de modo gradual en los factores estructurales de la cadena de valor. Además, la evolución de los mercados financieros, especialmente en lo que se refiere a los instrumentos derivados y la titulización, han introducido nuevos y más complejos eventos que culminan con la actual crisis financiera y económica que se convertiría en un laboratorio de prueba para la evaluación de los puntos débiles de los modelos contables. Es en esta secuencia que hemos realizado una intervención crítica sobre los factores que consideramos más relevantes para la discusión del modelo de valoración, fundamentalmente en lo que respecta al paradigma predominante o de la utilidad.

1. Introdução

Desde tempos imemoriais que o homem procurou identificar, sob a forma de símbolos, os bens que considerava sua pertença. A noção de posse passou a estar associada ao imperativo do registo como forma de assegurar o reconhecimento futuro da riqueza acumulada e, particularmente, do suporte económico de cada unidade humana, mais ou menos estruturada.

A evolução das sociedades e, sobretudo, a capacidade para as organizar trouxeram ao de cima a necessidade de descrever e registar os elementos patrimoniais, tanto na óptica do seu proprietário quanto na perspectiva das suas utilidades. A época do Império Romano marcou um dos ciclos de maior desenvolvimento económico, cultural, social e, até mesmo, político. A intensificação dos negócios, o aparecimento de mercados organizados, a existência de uma moeda como instrumento de troca e de reserva de valor de suporte às operações económicas contribuiria para aprofundar as necessidades de registo de modo a assegurar uma maior capacidade de organização e gestão dos bens de quem os administrava. Nessa altura, o ensino e o conhecimento estavam confinados a uma classe poderosa e influente – o clero – que logrou após várias tentativas fracassadas ser assumida como a doutrina e religião dominante do Império. O que se conhece sobre a actividade contabilística dessa época não nos permite falar de uma ciência estruturada, na base de princípios, conceitos e regras de aplicação. Por isso, no intervalo de tempo que percorre a história até ao século XV, também conhecido como da “Idade das Trevas”, não existiram surtos de desenvolvimento cultural e científico que tenham marcado um ponto de viragem numa economia feudal, dependente exclusivamente do uso da terra, fechada sobre si própria e incapaz de gerar movimentos comerciais de maior alcance que pudessem alavancar padrões de desenvolvimento mais ambiciosos.

A época do Renascimento, conjugada com a aventura marítima dos reinos mais antigos da Europa, foi, sem dúvida, um período de grande actividade comercial, económica e cultural. E é talvez por isso que nos estudos da contabilidade se toma como referencial para o início da entrada numa nova era, a que Lopes de Sá chama de “período da literatura”, com a publicação do famoso tratado “Summa de arithmetica, geometrica, proportioni et proportionalitá” da autoria de Frei Luca Pacioli. Esta obra descreve e difunde o método da partida dobrada, que se converteria na trave mestra sobre a qual se viria a desenvolver toda a teoria contabilística e, particularmente, a capacidade para explicar os fenómenos económicos em geral e a actividade das empresas e das pessoas em particular.

O trabalho que nos propomos apresentar vai procurar desenvolver um raciocínio que estabelece um paralelo entre os ciclos de desenvolvimento económico, caracterizados por inovações estruturais, e o desenvolvimento da ciência contabilística para acompanhar, interpretar, registar e controlar os efeitos económicos e financeiros de cada um desses ciclos. No fundo, o que se pretende é realçar o papel da contabilidade como instrumento dotado de responsabilidade social, suficientemente capaz de permitir garantir, com elevada credibilidade, através da produção de uma informação sistematizada e homogénea, a posição financeira e patrimonial das entidades e os resultados das suas operações. Mais ainda, no dealbar da mutação para a sociedade do conhecimento e para a prevalência dos instrumentos geradores de riqueza suportados em activos intangíveis, conjugados com uma incomensurável financeirização de toda a economia, encontrar as causas pelas quais a informação financeira não foi suficiente para prevenir, de forma selectiva, os utilizadores sobre a fiabilidade, ou não, dos elementos patrimoniais constantes dos balanços de muitas empresas. Procuraremos enquadrar a crise do sub-prime como um momento que não é só a causa da crise financeira que assolou o mundo mas, e sobretudo, a consequência de insuficiências de mensuração e registo que deram indicações contraditórias aos mercados e aos utilizadores da informação financeira. O nosso objectivo é o de tentar evidenciar a necessidade que o modelo contabilístico incorpore, através de processos de divulgação, possíveis efeitos contingenciais de activos sujeitos a elevado risco porque dotados de grande volatilidade potencial. Daí que a estrutura deste trabalho se desenvolva, para além desta introdução e das respectivas conclusões, nos seguintes pontos:

- Um primeiro, que abordará a importância da partida dobrada como elemento estruturante de todas as doutrinas e teorias contabilísticas;
- Um segundo, onde se vai procurar descrever o papel que a contabilidade teve ao longo do processo de desenvolvimento e construção das sociedades industriais, nas quais a riqueza se consubstanciava em factores tangíveis e onde a distribuição dos custos por destino se afirmou como instrumento de gestão fundamental;
- Um terceiro, para caracterizar a sociedade pós industrial, identificada como assentando no conhecimento e em factores intangíveis para a geração da riqueza, o aparecimento activo dos mercados financeiros e a sua progressiva complexidade com a inovação de produtos de cobertura de risco e de especulação dificilmente identificáveis, para tentar perceber como, neste ciclo, a contabilidade foi ultrapassada pela vertigem desse processo de financeirização das economias que

concentrou em factores invisíveis e, em alguns casos, dificilmente identificáveis, a concentração do valor; e

- Por fim, um último ponto, onde se procurará apresentar uma abordagem crítica das normas contabilísticas relacionadas com o justo valor aplicado aos instrumentos financeiros derivados e as alterações que, na sequência dos acontecimentos que precipitaram a crise financeira, o International Accounting Standard Board (IASB) introduziu às IAS 39 e IFRS 7.

2. A partida dobrada como marco da ciência contabilística

A contabilidade, enquanto ciência que interpreta, reconhece e mensura os factos patrimoniais que afectam a situação económica e financeira de uma qualquer entidade inicia-se com a civilização, mesmo antes do homem saber ler e contar, e vai evoluindo à medida que os progressos do homem o vão permitindo e exigindo. Na sua fase embrionária surge como uma técnica cujo objectivo principal era o de suprir as limitações da memória humana para, na sucessão dos acontecimentos e consequentes desenvolvimentos, ir conquistando o seu campo de actuação, definindo o seu objecto de estudo – o património – e a forma como o mesmo deveria ser estudado e analisado.

Assim, começa de uma forma intuitiva e primitiva, dedicada à simples memória rudimentar da riqueza, para se desenvolver por toda a antiguidade, evidenciando, de forma progressiva, sinais de uma crescente racionalidade na forma como o registo vinha sendo abordado, ainda que só no final da Idade Média possa começar a ser caracterizada pela existência de um certo raciocínio lógico. Na verdade, o desenvolvimento das sociedades, com o aumento do conhecimento e progressos técnicos, provocou um incremento da actividade económica e, naturalmente, uma maior complexidade das operações e uma maior diversidade de elementos para reconhecer e mensurar. O aparecimento de novas rotas comerciais, impulsionadas pela expansão marítima, veio intensificar o tráfego comercial. O processo negocial e de repartição da riqueza vê-se alterado, deixando de estar circunscrito a um desenvolvimento local e individual para passar a ser feito por representantes, intermediários, grandes corporações e associações que a pouco e pouco foram criando uma infra-estrutura comercial sólida e a clarificação de que a empresa ou negócio deve ser encarada como uma entidade com individualidade jurídica distinta da do(s) seu(s) dono(s). A contabilidade não só se converte numa necessidade crescente

de controlo como é obrigada a desenvolver-se para dar resposta a novas e cada vez mais complexas necessidades. Para o comprovar, cite-se Fabio Besta¹, que, na sua obra “La Regioneria”, quando se refere ao livro dos registos contabilísticos utilizado pela Corporação dos Comerciantes do Bairro Veneziano de Castello, relativo ao período de 01/04/1430 a 01/09/1438, refere ser possível identificar uma evolução da técnica contabilística então usada, na medida em que na primeira parte do livro se pode observar uma escrituração sem qualquer contrapartida para, à medida que os lançamentos se vão sucedendo no tempo, se observar, por volta do ano de 1436, a utilização sistemática da partida digráfica. Como certamente todo este livro terá sido elaborado pelo mesmo contabilista, a digrafia terá sido instituída como que sem dar por isso, como uma adaptação progressiva às necessidades de relevação do movimento patrimonial da referida entidade. Tratou-se de um natural aperfeiçoamento, mediante um melhoramento progressivo do processo ou técnica de registo utilizada, até atingir a sua configuração digráfica, em que a causa e o efeito são simultaneamente colocados em evidência através do mesmo assento ou lançamento.

Estava, assim, instituída a digrafia ou método da partida dobrada, que representa o início de uma nova forma de representar os fenómenos patrimoniais – evidenciação da causa e seu efeito, ou de uma origem e uma aplicação – uma vez que a empresa, enquanto entidade autónoma dos seus proprietários, é dotada de um património e geradora de operações que conduzem à formação de resultados e que, por isso, tem, por um lado, aplicações de recursos que, em simultâneo, têm de estar acompanhadas das correspondentes fontes ou origens desses recursos. O dinamismo das economias que à data se fazia sentir pressupunha uma necessidade progressiva do conhecimento do património afecto a uma dada actividade e dos resultados com essa actividade e esse património. Porém, a sistematização do referido método, assim como a sua divulgação e democratização², viria a acontecer pela mão de um frade italiano, Luca Pacioli, que, na sua obra “Summa de arithmetica, geometria, proportioni et proportionalitá”, publicada em 1494, incluiu um capítulo, que designou de “Tractatus de computis et scripturis” onde expôs o método da partida dobrada.

Segundo AMORIM (1968), o estabelecimento da partida dobrada, pelo menos na sua fase mais embrionária, aparecerá como o resultado de sucessivas aproximações ocasionadas pela necessidade de controlar os movimentos dos diferentes elementos e componentes do património à medida que os factos patrimoniais se intensificavam e apresentavam maior complexidade. Cada contabilista, na execução das suas tarefas quotidianas, ia seguindo o seu rumo instintivo que terá levado os mais hábeis a um desfecho do qual só viriam a ganhar consciência depois de o terem atingido. Como nesses recuados tempos não havia livros impressos, onde

pudessem ser divulgados os seus inventos, tais conhecimentos acabavam por ficar circunscritos à posse de quem os desenvolvia e de um restrito grupo de privilegiados. Não será por isso de estranhar que, mais do que um contabilista, pela própria força das circunstâncias decorrentes da crescente complexidade das operações comerciais das entidades a quem prestavam os seus serviços terem começado a utilizar o método sem terem conhecimento que outros, antes deles e em locais diferentes, já o fizessem.

Por tudo isto, Luca Pacioli é, neste particular da evolução da contabilidade, elemento indissociável de um período de viragem e profundamente marcado pela difusão e divulgação daquele que viria a marcar e determinar os desenvolvimentos futuros em matéria de ciência contabilística – o método das partidas dobradas. Luca Pacioli, não tendo sido o seu inventor, tem o mérito de ter sido o iniciador de uma actividade publicitária que contribuiu de uma maneira decisiva para a divulgação e aperfeiçoamento da técnica contabilística. É que, numa análise à evolução das doutrinas da contabilidade, iniciadas com Luca Pacioli e a sua obra, permitimo-nos verificar que o esforço de medição dos fenómenos económicos e a sua representação de forma estruturada e compreensiva tiveram como suporte, durante um período de quase quatro séculos, as partidas dobradas.

Contudo, e não obstante os méritos que se lhe reconhecem, nem Luca Pacioli nem os seus seguidores conseguiram, ao longo de todos esses anos, apresentar uma explicação racional para os termos “Deve” e “Haver”, da mesma forma que também não conseguiram, de forma clara e perfeitamente estruturada, identificar que o objecto de estudo da contabilidade era o património. Para tal muito terá contribuído o facto de não terem conseguido perceber que a empresa ou entidade detinha personalidade jurídica distinta da dos seus donos e que, por isso, apresentava, em cada momento, uma posição devedora, correspondente ao valor do seu património ou situação líquida.

A invenção da imprensa, por Gutemberg, em meados do século XV, vem dar um novo impulso, ao permitir a difusão do conhecimento contabilístico, através da produção de livros. Por outro lado, e segundo LOPES DE SÁ (1998), é somente a partir de meados do século XVII que a contabilidade chega às universidades italianas, ainda que fortemente influenciada pela ciência jurídica e pela matemática, a par das quais passou a ser leccionada. Abre-se, de então em diante, o caminho para que os espíritos mais hábeis, com bases em teorias empíricas, vão, a pouco e pouco, abrindo caminho à lógica do conhecimento contabilístico e que se prolongará, de forma evolutiva, até à actualidade.

O período que se sucedeu até à Revolução Industrial do século XVIII e no decurso desta foi progressivamente intensificado no domínio do aprofundamento dos

conceitos subjacentes às práticas contabilísticas, impulsionada pelas necessidades daí decorrentes.

3. A contabilidade e o desenvolvimento das sociedades industriais

“A contabilidade nasce com a civilização e jamais deixará de existir em decorrência dela; talvez, por isso, é que os seus progressos tenham coincidido com aqueles que caracterizam os da própria evolução humana” (LOPES DE SÁ, 1998). É, tomando este entendimento como linha de fundo que se assume que a Revolução Industrial, nas suas diferentes fases, ao marcar uma nova fase na economia mundial e nas sociedades, vem dar um grande impulso à ciência contabilística e, nessa conformidade, a exigir o aparecimento de especialistas em contabilidade.

Na verdade, a Revolução Industrial, que se inicia nos finais do século XVIII com a industrialização da Inglaterra, seguida da França no início do século XIX, estende-se à Alemanha e EUA e Japão e Canadá, em meados e finais do século XIX, respectivamente, produziu um incremento enorme na produção e conseqüente geração de riqueza. As maiores facilidades de transporte, não esquecer que o caminho-de-ferro se converteu no motor da revolução, intensificaram e desenvolveram os mercados nacionais e internacionais e, conseqüentemente, a quantidade de capitais envolvidos e a sua internacionalização.

Não será portanto de estranhar que tenha sido nessa fase, corria o ano de 1837 que, segundo LOPES DE SÁ (1998), a academia francesa vem consagrar a contabilidade no campo das ciências sociais e, com isto, a passar a assistir-se a uma intensificação da discussão da teoria contabilística entre a escola francesa e a escola italiana. É, muito provavelmente, desta intensificação do conhecimento que, em 1914, nos surge mais uma importante obra, a “Teoria positiva da contabilidade”, da autoria de Dumarchey, pelos seus importantes e significativos avanços no campo teórico. Pela primeira vez, de forma clara e perfeitamente sistematizada, se demonstra ser o património o objecto de estudo da contabilidade. Identifica os métodos de seriação e classificação como os mais importantes em contabilidade e, nesse entendimento, parte do conceito de valor para definir conta, desta para conceber o balanço e, entendido este numa perspectiva estática, avançar-se-á para a sua análise numa perspectiva dinâmica. Em suma, deverá obedecer a um encadeamento lógico porque todos os termos se encontram interligados, numa perfeita hierarquização e seriação dentro de cada uma das três grandes massas patrimoniais – activo, passivo e situação líquida.

As necessidades de informação contabilística deixam de ser exclusivamente de conhecimento do capital investido – o património – para englobarem também, como consequência da necessidade que as organizações sentiam de ganhar eficiência e maior competitividade, o conhecimento do custo industrial e do custo do capital fixo, ou seja, as variações de capital. Nesta sequência, é também nesta fase que surge a necessidade, de modo mais vincado, de periodizar o apuramento do resultado e de conceber a utilização do capital fixo como um custo susceptível de ser imputado a mais do que um período contabilístico, não só por força da utilização repetida do mesmo elemento activo como também pela necessidade de se evidenciar, com maior rigor, o apuramento do resultado de cada período. Trata-se de um enfoque menos patrimonialista, pelo seu cariz marcadamente reditualista, e cujas bases estão indissociadas da teoria desenvolvida pela escola alemã e sistematizado na obra “Balanço Dinâmico”, publicada por Schmalenbach em 1926³. Esta teoria apenas se refere ao património como ponto de partida para a geração do lucro, sendo a partir daqui que se passou a falar de balanços patrimoniais e de balanços de resultados. Entendimento igual é apresentado, segundo AMORIM (1968), uma década mais tarde, por Zappa, com a sua obra “O rédito da empresa”, publicada na Itália em 1937, e onde o autor manifesta grande preocupação com o que sobra à empresa, isto é, o lucro deverá, segundo ele, ser visto como o principal elemento de estudo porquanto será o rédito o principal responsável pelo aumento do capital.

Com a Revolução Industrial as economias rurais passaram a ser succionadas pelas indústrias instaladas nas cidades, o trabalho doméstico dá lugar ao trabalho concentrado em grandes unidades fabris, com capacidade para concentrarem grandes quantidades de capital (físico, financeiro e humano), suficientemente capaz de lhe permitir rentabilizar a produção e, como consequência do seu natural crescimento, começa a assistir-se a processos de concentração empresarial, em busca de maiores níveis de rentabilização, dando lugar ao aparecimento de grandes sociedades comerciais. Daqui ao aparecimento dos grandes monopólios, motivados pelas crescentes necessidades de capital e pela intensificação da concorrência, nacional ou estrangeira, foi um passo. Na verdade, o final do século XIX viria a ficar marcado por uma vaga de concentrações, verticais e horizontais, e conseqüente aparecimento de grandes empresas. Começa aqui a falar-se na empresa multinacional, estimulando o desenvolvimento do sistema bancário e dos mercados financeiros que viriam a marcar o início ou a passagem de um sistema de capitalismo industrial para um sistema de capitalismo financeiro.

Todavia, estas evoluções, revoluções ou transformações, não aconteceram de forma homogênea tendo coexistido, ao longo dos tempos, com técnicas de produção,

de organização e de comercialização mais rudimentares. Por outro lado, todo este processo foi acompanhado, ainda que de forma cíclica, por políticas de livre cambismo, sem qualquer tipo de proteccionismo, o que facilitou as trocas de bens e serviços entre os diferentes países, mas provocou grandes assimetrias, porquanto os países menos desenvolvidos jamais eram capazes de competir, pelo preço, com as economias mais desenvolvidas.

Assim, a expansão da Revolução Industrial, fundamentalmente de finais do século XIX a meados do século XX, desencadeia uma melhoria sustentada da economia, em particular nos países que a promoveram, mas origina também uma maior agudização das assimetrias entre ricos e pobres, um desfasamento geográfico entre o mundo industrializado e o não industrializado e, conseqüentemente, um caminho sinuoso no plano económico, social e cultural. Em paralelo, o conhecimento contabilístico sofreu um novo grande impulso, na medida em que as organizações passaram a requerer informações mais sofisticadas. A expansão da procura exige maiores volumes de capital, tanto interno como externo, e, conseqüentemente, a necessidade de se preparar informação para atender a novas necessidades, voltados para satisfazer os interesses de agentes económicos interessados em conhecer a situação económica e financeira das empresas. É a partir de então que se entende que a contabilidade dá importantes contributos para a democratização da informação de natureza económica e financeira, fornecendo dados para suportar o processo de tomada de decisão de instituições financeiras, accionistas, fornecedores, entidades governamentais, sindicatos, organizações de trabalhadores ou outras.

4. A sociedade pós industrial

Observando-se a trajectória da história e da doutrina contabilística rapidamente se percebe que a contabilidade tende a assimilar as características da envolvente para as fazer reflectir através da informação que produz.

Neste período, como consequência da crise financeira de 1929, na sequência do crash bolsista ocorrido nos mercados financeiros americanos, a contabilidade experimenta mais um avanço considerável, como que em resposta às crescentes exigências das bolsas de valores e dos grandes conglomerados que então se foram formando. Na verdade, a crise de 1929 foi o acontecimento que mais contribuiu para o aprimoramento e aperfeiçoamento da ciência contabilística, numa tentativa de procurar oferecer informações sucessivamente mais comparáveis e, fundamentalmente, mais

confiáveis. Porém, à data, a generalidade dos recursos eram de natureza tangível, o que tornava muito mais fácil o processo de reconhecimento e respectiva mensuração.

À construção das economias industriais saídas do pós-guerra, segundo uma lógica produtivista ou tayloriana, sucedeu-se uma economia baseada no conhecimento, na diferenciação dos produtos e, sobretudo, num conjunto de serviços gerados por necessidades cada vez mais crescentes de diferenciação e estratificação dos padrões de consumo. Com os avanços tecnológicos e a introdução de outros factores capazes de permitir ajustar as unidades produtivas àquelas que são as características dos mercados, como sejam a necessidade de reduzir custos, aumentando níveis de eficiência, e melhorar a qualidade como forma de assegurar a sobrevivência das próprias organizações, os recursos de natureza tangível dão lugar a recursos intangíveis, como o conhecimento, a tecnologia, a marca, entre outros. A cadeia de valor, tradicionalmente centrada na manufactura das matérias-primas em produtos, foi substituída pela introdução crescente de factores intangíveis, como elementos decisivos para o posicionamento do produto no mercado. Daí que a expressão competitiva das empresas seja cada vez mais fundada em factores cuja intangibilidade e complexidade os tornou, progressivamente, mais difíceis de mensurar. Estes recursos rapidamente se converteram na principal fonte de riqueza das organizações e num dos principais desafios para a contabilidade, designadamente no que respeita à sua mensuração. Não obstante o esforço desenvolvido para encontrar modelos que permitam quantificar, com objectividade, factos que são decisivos para a formação do valor, a realidade evidencia uma incapacidade para incorporar todos esses factores na representação patrimonial de uma dada entidade.

O desejo de preparar demonstrações financeiras capazes de poderem oferecer, da forma mais abrangente possível, o potencial económico das entidades passou a ser uma meta a atingir por parte dos organismos normalizadores, convencidos que estavam que as principais vantagens competitivas das empresas estavam concentradas nos seus recursos intangíveis. Este fenómeno, associado e impulsionado pela globalização e desenvolvimento dos mercados, sugere uma sucessiva evolução do modelo contabilístico, renovando-se e adaptando-se para acompanhar as sucessivas transformações e, nessa medida, continuar a ser útil para todos aqueles que se socorrem da informação financeira enquanto elemento de suporte ao processo de tomada de decisão.

Com o objectivo de regulamentar as operações de reconhecimento e mensuração dos elementos patrimoniais identificados como intangíveis, o IASB faz publicar, no final do século XX, corria o ano de 1998, a IAS 38. No entanto, a identificação de todos os elementos geradores de valor e que deveriam ser

perceptíveis pelos utentes interessados na informação financeira, não o são porque encontram algumas limitações no suporte normativo. Desde logo porque os critérios para o reconhecimento de um activo como intangível, definidos nos §§19 e 20 da citada norma, limitam tal reconhecimento aos recursos intangíveis que, cumulativamente, observem os requisitos da identificabilidade, ou separabilidade do resto do negócio, do controlo, isto é, que sejam controlados pela entidade, se encontre demonstrada a sua capacidade para gerarem benefícios económicos futuros e, ainda, que seja possível mensurá-los com suficiente fiabilidade. Esta restrição, como facilmente se depreende, impossibilita a contabilidade de relevar muitos dos recursos intangíveis gerados internamente e que são, pela sua importância, em muitos casos, o elemento mais valorizado do negócio. Como exemplo, tem-se o valor da marca, no qual está concentrada a fidelização dos clientes, o reconhecimento e a notoriedade pública da empresa e, regra geral, a base de sustentação da diferenciação dos produtos.

Pode, assim, dizer-se que, na sociedade do conhecimento, a evolução da economia não foi acompanhada pelo mesmo desenvolvimento da ciência contabilística, o que gera novos factores de incerteza que são sempre elementos susceptíveis de manipulação pelos mercados de concorrência cada vez menos perfeita.

5. Os novos instrumentos financeiros no quadro da gestão de riscos das empresas: abordagem crítica ao modelo valorimétrico aplicável

O desenvolvimento dos mercados financeiros e o subsequente aparecimento de produtos com tipos de natureza e complexidade difusas vieram a tornar ainda mais difícil a ingente tarefa do modelo contabilístico dar resposta às necessidades dos utilizadores da informação financeira. É no quadro da gestão do risco das empresas, nas suas diferentes acepções, que aparecem as justificações para a criação dos novos instrumentos financeiros e é, também, por causa deles que o modelo contabilístico enfrenta um novo e grande desafio.

Os novos instrumentos financeiros marcam o início de uma nova fase, caracterizada pela inovação financeira. O desenvolvimento destes produtos, associados a fórmulas complexas de titularização e colateralização de activos, veio tornar muito difícil a percepção da linha de fronteira entre a necessidade de reconhecimento de um facto e o seu valor, no sentido de contribuir para uma informação financeira tão fiável quanto relevante.

No centro da crise financeira, motivada pelo crédito hipotecário de alto risco, verificaram-se inúmeras operações de titularização dos créditos concedidos a pessoas de baixos rendimentos convertendo-as em obrigações hipotecárias que, por sua vez, foram objecto de operações de cobertura, através de *Collateralized Debt Obligations* (CDO) e *Credit Default Swaps* (CDS), que não foram adequadamente relevadas nas contas dos intervenientes e, mais ainda, não foram feitas divulgações elucidativas sobre o risco que incorporavam.

Mas as grandes empresas têm um indiscutível papel na produção das normas contabilísticas, tanto mais que o organismo normalizador de maior acolhimento no plano internacional – o IASB – é uma entidade de natureza privada e essencialmente financiada por entidades privadas com interesses nem sempre coincidentes com o interesse público. Daí que o entendimento da contabilidade como ciência do património, a quem incumbe o reconhecimento e mensuração dos factos patrimoniais que influenciam a actividade das empresas, de modo a que possa, por um lado, relevar a sua posição financeira e o resultado das suas operações e, por outro, seja também um mecanismo de controlo, quer aferindo adequadamente e com rigor as políticas de gestão das empresas, quer medindo o seu grau de alcance e as consequências futuras das decisões presentes, esteja marcada por visíveis insuficiências. E isto porque, com base neste enquadramento, começou a ser defendido, com crescente acuidade, quer no plano internacional, quer mesmo regional e nacional, a necessidade de se rever o peso relativo de alguns dos princípios contabilísticos, designadamente os do custo histórico e prudência. Deste novo enquadramento normativo, surge reforçada a característica qualitativa da relevância, associada ao modelo valorimétrico do mark-to-market, vulgarmente designado por justo valor, ou seja, o valor de mercado à data do balanço, porque assim a informação financeira resultaria mais útil para o processo de tomada de decisão – paradigma da utilidade.

Sem querermos fazer aqui qualquer juízo de valor sobre as motivações que estiveram na base da defesa de tais critérios valorimétricos, a verdade é que o modelo contabilístico resultante e que suporta a informação financeira que é produzida pelas empresas cotadas e por todas as empresas do sector financeiro, estejam ou não cotadas, acaba de nos demonstrar não ter capacidade para reflectir, com fiabilidade, os acontecimentos decorrentes das políticas de gestão, nomeadamente quando as bases de suporte da actividade assentam em produtos financeiros derivados ou, em alternativa, pela via da titularização de instrumentos financeiros primários (créditos concedidos a clientes de elevado risco) como forma de os transaccionar através de fundos de investimento ou de mercados financeiros organizados. Esse processo de

titularização permitiu substituir activos constituídos por créditos hipotecários em obrigações hipotecárias cujo valor não incorporava o nível de risco e, por conseguinte, o grau de realização desses activos. Poder-se-á dizer que a responsabilidade é dos mecanismos de supervisão que não funcionaram mas a realidade evidencia que sendo a contabilidade o suporte informativo mais confiável para os utilizadores da informação financeira, algo terá falhado na capacidade explicativa que deveria ser requerida à contabilidade nessas circunstâncias. Com efeito, o carácter pró-cíclico do justo valor permitiu que as demonstrações financeiras evidenciassem um resultado que, em muitos casos, tinha uma componente de não realização superior à componente do resultado realizado.

Na verdade, a profunda crise económica e financeira que vivemos e que nos surge a posteriori de um longo e pujante ciclo de crescimento económico, em muito alimentado por um modelo contabilístico alicerçado no pressuposto de que os mercados financeiros eram eficientes e que, por isso, se auto-regulavam, tem, na sua génese, activos de grande volatilidade que, associado ao seu elevado risco, fez com que os resultados não realizados viessem a converter-se em prejuízos de dimensão gigantesca. A tudo isto vem juntar-se o facto de estes activos, que tiveram na base o mercado hipotecário americano, terem sido transaccionados, de forma sucessiva, como se de novos activos se tratasse e escapando, por completo, ao controlo das técnicas de registo contabilístico e à supervisão dos auditores e das entidades reguladoras. De acordo com publicação recente do FMI⁴, o prejuízo acumulado do sistema financeiro americano, europeu e japonês, relacionado com os designados “produtos tóxicos”, originados pelas instituições financeiras dos EUA, estima-se em 4,1 triliões de dólares. Tal magnitude de prejuízo não se encontrava reconhecida na informação financeira como uma perda potencial e, em muitos casos, nem sequer foi feita a divulgação adequada do risco potencial e da volatilidade dos activos em questão.

Com efeito, a eficiência dos mercados financeiros é directamente proporcional à qualidade da informação que incorporam, permitindo aos seus utentes decisões em que a ponderação do risco esteja estreitamente relacionada com a informação divulgada pelas empresas intervenientes. O que ocorre é que a evolução de uma “engenharia financeira” geradora de produtos de elevada complexidade e concomitante dificuldade de mensuração tornou inadaptado o modelo contabilístico para garantir a relevação contabilística de todos os factos e ocorrências, potenciais ou latentes, com capacidade para influenciar a posição financeira e a estrutura patrimonial de uma dada entidade. Perdeu-se, pois, a confiança nos mercados e a

confiança entre os seus intervenientes porque, em rigor, permanece a dúvida e a incerteza sobre as possíveis distorções e omissões da informação financeira relatada.

O mark-to-market é o suporte conceptual da valorimetria dos activos e passivos incorporado pelo normativo internacional e, de forma crescente, na sequência das tomadas de posição dos organismos reguladores regionais, como é o caso da U.E., pelos normativos nacionais. E se é perceptível que os mercados financeiros têm demonstrado a existência de profundas ineficiências, associadas a volatilidades traduzidas em movimentos cíclicos de grande frequência e magnitude, seria de questionar até que ponto a adopção deste modelo valorimétrico contribuirá para garantir a produção duma informação financeira útil aos decisores. Na realidade, como anteriormente referimos, o objectivo dos grandes “players” dos mercados financeiros foi sempre o de obter as maiores e melhores condições de financiamento junto dos mercados de capitais. Para tanto, a contabilidade apresenta-se como um instrumento privilegiado para captar a confiança dos actuais e potenciais accionistas, transmitindo-lhes uma informação eivada das próprias ineficiências resultantes das manipulações de mercado. Sabe-se que uma componente importante dessas manipulações teve a ver com a aquisição de acções e de títulos próprios, normalmente através de fundos de investimento sediados em “praças offshore”, com o intuito de aumentar a cotação dos títulos e dos outros activos financeiros, situação conhecida mas sempre aceite quando se tratava de relevar a informação financeira de tais empresas.

Ora, em face de tudo isto, não será demais afirmar-se que o modelo contabilístico que vinha sendo defendido sob a égide da transparência e de maior utilidade para o processo de tomada de decisão deixa a nu, à entrada de um ciclo económico e financeiro muito difícil, todas as suas fragilidades. Cite-se TAVARES (2008) que, a este respeito nos diz que “quando uma crise de confiança emerge, normalmente é consequência de um défice de transparência”.

6. Consequências da crise financeira na alteração dos normativos

Com a evolução dos acontecimentos, que se precipitarem em Setembro de 2008 com a falência de um dos maiores bancos americanos, o Lehman Brothers, entramos numa crise que, na opinião de alguns economistas, não encontra paralelo na nossa história económica e, com ela, vimos assistindo a um crescendo de críticas que vêm sendo tecidas ao modelo contabilístico vigente, fundamentalmente no que respeita ao modelo valorimétrico aplicável aos instrumentos financeiros assente no

mark-to-market, ou seja, actualização à data de balanço com as respectivas variações a serem reconhecidas nos resultados.

O mark-to-market ou justo valor, como é mais conhecido, permitiu, ao longo dos últimos anos, o reconhecimento de avultados ganhos, ainda que não realizados, e, pela mesma razão, conduz agora, como consequência das significativas e sistemáticas quedas das cotações que se vêm registando ao longo dos últimos meses, ao reconhecimento de elevadas perdas. Esta espiral de queda, associada à falta de liquidez dos mercados, vem sendo apelidada de prociclicidade das normas contabilísticas. Na verdade, a utilização do justo valor, numa fase de queda dos mercados, precipita a venda, como forma de travar as perdas, o que contribui para maiores quedas e para reduzir os níveis de liquidez. Mas, dizer que isto é pró-cíclicidade das normas também pressupunha, por questões de coerência teórica e conceptual, que assim o tivessem identifica na fase alta do ciclo porque o justo valor é pró-cíclico por natureza. O justo valor traduz variabilidade nos valores assentados, decorrente da própria alteração das condições de mercado e, nessa conformidade, susceptível de influenciar decisões fundadas em resultados não realizados. O carácter subjectivo inerente às bases de mensuração pode ocultar aspectos que sejam considerados relevantes para quem, na posição de utente interessado, não seja um profundo conhecedor dos fenómenos contabilísticos e da sua representação patrimonial, sobretudo quando são reconhecidos como resultados ganhos não realizados.

A crise financeira actual veio determinar uma espécie de suspensão temporária do justo valor como forma de acalmar a instabilidade e turbulência vivida nos mercados, fazendo com que os organismos normalizadores se tenham concertado para proceder a ajustamentos a algumas normas, com particular incidência nas IAS 39 “Instrumentos Financeiros: reconhecimentos e mensuração” e IFRS 7 “Instrumentos financeiros: divulgações”.

Foi, pois, em coordenação com a iniciativa do IASB que a U.E. publicou, no Jornal Oficial da U.E., de 16 de Outubro de 2008, o Regulamento (CE) n.º 1004/2008 que vem alterar, no que respeita às IAS 39 e IFRS 7, o Regulamento (CE) n.º 1725/2003 que, nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, havia adoptado as normas internacionais de contabilidade como corpo normativo de uso obrigatório na preparação das demonstrações financeiras consolidadas das empresas e, posteriormente, em Janeiro de 2007, as das empresas do sector financeiro.

É propósito do referido Regulamento (CE) n.º 1004 transpor para a ordem contabilística da U.E. as emendas introduzidas pelo IASB às IAS 39 e IFRS 7. Nessa sequência, e tendo em atenção o constante nos seus §§2 e 3, podem as entidades,

em circunstâncias excepcionais, como a que agora se vive, reclassificar certos instrumentos financeiros retirando-os da categoria de “detidos para negociação” e, com isso, a deixarem de estar mensurados ao justo valor. A justificação é, conforme o §6, “a actual turbulência financeira e o facto de determinados instrumentos financeiros já não serem negociados ou de os correspondentes mercados terem ficado inactivos ou perturbados”. Como forma de evitar uma maior desconfiança, que apenas contribuiria para agudizar a crise, entenderam as entidades competentes suspender temporariamente a utilização do justo valor com efeitos retroactivos a 1 de Julho de 2008.

Contudo, a nossa interpretação vai no sentido de reconhecer uma evidente fragilidade dos organismos normalizadores relativamente à construção e sustentação de um modelo contabilístico estável. O pressuposto que os mercados são eficientes e se auto regulam constituiu-se num profundo equívoco de que a falência do Lehman Brothers, associada às múltiplas intervenções dos Estados para não deixar falir importantes instituições financeiras, são um sinal claro. Por outro lado, a reacção de, com de carácter de urgência e com efeitos retroactivos, se ter introduzido emendas em certas normas em vigor não deixam de consubstanciar uma certa “instrumentalização” da contabilidade que, em nossa opinião, contribui para fragilizar os pressupostos até agora defendidos e em torno dos quais foi desenvolvido todo o modelo contabilístico das normas internacionais de contabilidade, fundado no paradigma da utilidade.

Para ajudar a reforçar esta nossa convicção, atente-se às conclusões da recentemente Cimeira do G20⁵ que, de entre outras, vem defender:

- a. A necessidade de rever as normas de contabilidade, nomeadamente no que respeita à avaliação de instrumentos financeiros;
- b. A intenção de reforçar os quadros internacionais de regulação prudencial, no sentido de alargar a regulação e supervisão a todas as instituições, instrumentos e mercados financeiros sistematicamente importantes; e
- c. Neste sentido, instar a U.E. a lançar políticas mais ambiciosas de regulação e supervisão, especialmente no que se refere aos fundos de retorno absoluto, os designados por “hedge funds”, e às agências de notação e risco.

7. Conclusões

No nosso ponto de vista resulta claro que, no plano puramente conceptual, o mark-to-market se apresenta como um modelo valorimétrico susceptível de garantir uma maior relevância à informação financeira. No entanto, a situação actual dos mercados financeiros e o conhecimento acumulado acerca da sua evolução dão-nos a percepção sobre as ineficiências financeiras dos mercados e o seu afastamento progressivo da tipicidade dos mercados de concorrência perfeita, ou seja, foram sendo sujeitos a uma progressiva manipulação por parte dos seus maiores intervenientes. Daí que, em defesa da objectividade e fiabilidade que devem ser características subjacentes à produção de informação financeira se nos afigure como indispensável uma profunda revisão do modelo valorimétrico, designadamente, quando se está em presença de produtos e instrumentos financeiros transaccionados em mercados organizados de elevada complexidade.

Afirmámos que o ciclo económico actual, caracterizado pela prevalência do conhecimento e dos chamados activos intangíveis, afastou a contabilidade do rigor valorimétrico e do reconhecimento e mensuração que teve ao longo de todo o processo de evolução da história económica anterior. Coloca-se, por isso, a necessidade de encontrar um novo paradigma valorimétrico, não sustentado numa profusão maciça de divulgação de informações adicionais, as quais o tornariam de leitura e interpretação complexas, mas de relevação simples, compreensível e, sobretudo, privilegiando as regras prudenciais que devem estar presentes na preparação de toda a informação financeira. Somos, por isso, defensores da necessidade de divulgar os riscos contingenciais decorrentes da assunção de posições em produtos ou instrumentos financeiros de risco, ao mesmo tempo que somos contra a incorporação, na informação financeira, de ganhos potenciais e latentes, em activos susceptíveis de serem manipulados, que incorporem elevado risco de volatilidade e cujos valores de realização não sejam fortemente controlados pelos seus detentores.

8. Referências bibliográficas

AMORIM, J. L. (1968); *Digressão através do vetusto mundo da contabilidade*, Livraria AVIS, Porto, Portugal.

HENDRIKSEN, E. S.; BREDA, M. F. V.(1999); *Teoria da Contabilidade*, Edições Atlas, São Paulo, Brasil.

- IUDÍCIBUS, S. (1998); *Teoria da Contabilidade*. 5ª Edição, Edições Atlas, São Paulo, Brasil.
- FMI (2009); "Global Financial Stability Report", Publicações periódicas do *Fundo Monetário Internacional*, Abril.
- LOPES DE SÁ, A. (2000); "O verdadeiro sentido do conhecimento histórico em contabilidade", Centro de Estudos da APOTEC, www.apotec.pt, em 18/09, APOTEC, Lisboa, Portugal.
- LOPES DE SÁ, A. (1998); *História Geral e das Doutrinas da Contabilidade*, 2.ª Edição ampliada, Vislis Editores, Lisboa, Portugal.
- MONTEIRO, M. N. (1979); *Pequena História da Contabilidade*, Edição APOTEC, Lisboa, Portugal.
- REGULAMENTO (CE) n.º 1126/2008 DA COMISSÃO, *Jornal Oficial da União Europeia*, de 3 de Novembro de 2008.
- IAS 32, "Instrumentos Financeiros: Apresentação".
 - IAS 38, "Activos Intangíveis".
 - IAS 39, "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e mensuração".
 - IFRS 7, "Instrumentos Financeiros: Divulgações".
- REGULAMENTO (CE) N.º 1004/2008 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO, *Jornal Oficial da União Europeia*, de 16 de Outubro de 2008.
- RESOLUÇÃO DO PARLAMENTO EUROPEU (2009); "Resolução sobre a Cimeira do G20, realizada em Londres em 2 e 3 de Outubro de 2009", *Documento da Sessão de Trabalho* de 16 de Outubro.
- SILVA, F.V. G. da (1959); *Doutrinas Contabilísticas*, Edição Centro Gráfico de Famalicão, Vila Nova de Famalicão, Portugal.
- SCHMALENBCH, E. (1930); *Balance Dinamico*, Tradução (1952) da 11ª Edição alemã, Instituto de Censores Jurados de Cuentas de España, Madrid.
- TAVARES, C. (2008); *Crise dos Mercados Financeiros*, Universidade do Minho, Novembro, Braga.

¹ Citação feita a partir de AMORIM (1968).

² Dizemos democratização porque, segundo investigações de Fabio Besta, que é citado por AMORIM (1968), o método era utilizado na Itália cerca de um século antes de Luca Pacioli.

³ Segundo LOPES DE Sá (1998).

⁴ De acordo com o relatório publicado em Abril de 2009, "Global Financial Stability Report".

⁵ Resolução do Parlamento Europeu sobre a Cimeira do G20, Documento da Sessão de Trabalho de 16/04/09.